



(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Sobre a mesa o Aviso nº 76 do Gabinete Civil datado de 17 de março do corrente ano, subscrito pelo Ex^{mo} Sr. Aloizio Mercadante, Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que encaminha em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.323, de 2013, de autoria desta Comissão, tendo como primeiro signatário o Senador Waldemir Moka, que solicitou informações sobre o histórico da ocupação territorial nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Há a disponibilização do resultado da análise de ocupação territorial e uso das terras rurais pela Embrapa nas regiões de discussão pela demarcação de terra indígena que foi realizada utilizando técnicas de interpretação de imagens de satélite anteriores ao ano de 1998, cartografia digital e demais informações.

Comunico ainda que o recebimento do Aviso 248, MJ, datado de 13 de março do corrente ano, subscrito pelo Ex^{mo} Sr. José Eduardo Cardozo, Ministro do Estado da Justiça, encaminha o Memorando nº 77, de 2014, da Fundação Nacional do Índio, em resposta ao Requerimento de Informação 1.324, de 2013, de autoria desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que solicitou informações sobre os processos administrativos da Funai que objetivam a revisão dos limites e/ou a implantação de terras indígenas já demarcadas.

Informo que os avisos citados serão encaminhados aos gabinetes dos Srs. Senadores para conhecimento.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 20, de 2013, da Comissão de Agricultura, e Requerimento nº 9, também da mesma Comissão, de autoria do Senador Cícero Lucena, subscrito pelo Senador Ruben Figueiró, com a finalidade de discutir os endividamentos dos pequenos e médios produtores rurais da Região Nordeste, com a presença dos seguintes convidados: Sr. José Maria Vilar da Silva, representando o Banco do Nordeste, Superintendente Estadual do Banco do Nordeste na Paraíba; Sr. Nicola Moreira Miccione, Gerente de Ambiente e Recuperação do Banco do Nordeste, e o Sr. João Pinto Rabelo Junior, Secretário-Adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Portanto, peço aos convidados que componham a Mesa. *(Pausa.)*

Conforme nossa intenção, trataremos desse assunto que tem muito a ver com a relação de financiamento rural na Região Nordeste, principalmente com os pequenos e médios agricultores que ao longo dos anos têm sido vítimas do processo de estiagem. Essa condição é, conseqüentemente, incompatível com a questão de financiamento para a sua produção, limitando muito a sua



capacidade de produzir e, consequentemente, a sua capacidade de pagar esses empréstimos contraídos.

Então, conforme combinamos aqui, vou passar a palavra ao Sr. João Pinto Rabelo Junior, que é o Secretário-Adjunto da Secretaria de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda, para que ele inicie a sua explanação.

Quero dizer que esta reunião é transmitida pela TV Senado e, consequentemente, também ficará nos arquivos para que aqueles que não tiveram oportunidade possam acessar na íntegra ou em parte em outra oportunidade.

Com a palavra o Sr. João Pinto Rabelo Junior. Agradeço a sua presença.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JUNIOR – Senador Cícero Lucena, Presidente da reunião, na pessoa de quem cumprimento a todos, senhoras e senhores, antes de mais nada, agradecemos a oportunidade de aqui estar.

O objetivo nobre que nos traz é esclarecer essas medidas que foram tomadas, a abrangência delas, para que a maior parte possível de produtores possa fazer jus, possa se beneficiar com as medidas que foram tomadas por esta Casa e depois regulamentadas pelo Governo Federal.

Dentro das medidas para a seca, eu coloquei em três blocos as principais medidas. Vamos começar falando das prorrogações e renegociações.

Por causa do *stress* hídrico em que foi colocado às culturas, a maior parte dos produtores não teve condições de pagar as suas dívidas nem em 2012 nem em 2013. E, para que ele pudesse recompor as suas reservas, foi autorizada a renegociação das parcelas de 2012, 2013 e 2014. Essa renegociação seria feita em até dez parcelas anuais, com o primeiro vencimento em 2015, para a agricultura empresarial, e 2016, para o pessoal da agricultura familiar.

Os produtores teriam até 31 de dezembro de 2014 para fazer essa opção. Então, esse é o momento de procurar os bancos para fazer a opção da renegociação. Existe esse prazo, também foi feita a suspensão das execuções, mas é importante que os produtores procurem os bancos, que estão preparados para isso, para fazerem essa renegociação, esse reperfilamento das suas dívidas.

Com relação às operações contratadas até 2006, em Municípios com decretação de seca, foi criada uma linha de crédito para liquidação das operações até R\$200 mil. Para essas operações, também são dez anos para pagamento com três anos de carência. Então, se há uma dívida até 2006 que não era enquadrável nessas parcelas de 12, 13, 14, o produtor pode optar também por contratar uma nova linha de crédito com recursos do FNE para alongar as suas dívidas. As taxas de juros são de 0,5% a 2% para o Pronaf e de 3,5% para os demais, com bônus ainda nos encargos de 15% para o Semiárido.

Esse foi o pacote apresentado para as operações que estavam adimplentes, deixando mais claro, operações que estão pagando em dia. Essas foram as medidas colocadas.

E àquelas operações que estavam inadimplentes no começo da seca, em 2011 foram estabelecidas as seguintes medidas: para as operações contratadas a partir de 2007, houve reprogramação do saldo devedor, tirando



juros, tirando multa, atualizando as operações pelos encargos de normalidade, e foi permitida essa renegociação em 10 parcelas anuais, com o primeiro vencimento em 2015 para a agricultura empresarial e em 2016 para a agricultura familiar. Nesse caso, o período de formalização é até 30/6/2014. Então, para essas operações que estavam inadimplentes, é mais urgente a ida dos nossos agricultores que estão nos Municípios de seca aos bancos para formalizarem.

A formalização normalmente demora um tempo. Senador, é preciso juntar o material, fazer o cálculo da dívida, concordar. Então, é importante que se vá o mais rapidamente possível para que dê tempo de se fazer todo o trâmite dentro das instituições.

Por isso, mais uma vez, agradeço a oportunidade que o senhor está nos dando de esclarecer esses pontos e chamar os produtores para que a gente possa atender o maior número possível de produtores rurais.

E às operações que foram contratadas até 2006, foi também autorizada uma linha de crédito, com recursos do FNE. Para as operações com valor original de até R\$200 mil, eles podem reprogramar essa dívida em dez anos, com três anos de carência. Também há bônus nos encargos para a região do Semiárido e para as demais também.

Além disso, Senador, foi colocada à disposição daqueles que tiverem condições de liquidar as operações antigas que vêm desde a origem até 2006 a possibilidade da liquidação com um rebate, com um desconto bem alto. Então, para aquelas operações que estão no Semiárido e que tinha valor contratado de R\$15 mil, o produtor tem um desconto de até 85%. Ele vai lá e, com 15% do valor da dívida, ele a liquida.

Então, só para dar um exemplo, se ele tem uma dívida de R\$10 mil, com R\$1,5 mil ele liquida a operação. Esse é apenas um exemplo, para ficar mais claro o que a gente está falando. O valor contratado é de R\$15 mil, mas o desconto é sobre o valor atualizado. Então, esse valor vai ser atualizado pelos encargos de normalidade, pelas taxas de juros da data do contrato e, aí, aplica-se o desconto.

Bom, para as dívidas entre R\$15 mil e R\$35 mil, esse desconto é de 75% no Semiárido, e, para as operações de R\$35 mil a R\$100 mil, o desconto é de 50% no Semiárido. Para os demais Municípios atingidos pela estiagem, mas que não estão no polígono do Semiárido, os descontos são de 65%, 45% e 40%.

Ainda foram tomadas as seguintes medidas: o que está na Dívida Ativa da União, aquelas dívidas que já foram encaminhadas para o Governo, que já foram encaminhadas para a Dívida Ativa da União, que já estão no que nós chamamos de DAU, que fica sob a responsabilidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, também foi definida a suspensão das suas execuções e dos prazos processuais. Então, as execuções são nulas. Mesmo que ela tenha acontecido, Senador, por alguma falha no Judiciário, elas são nulas de direito; não podem acontecer, desde a emissão de Lei nº 12.844.

Nesse sentido, a PGFN vai iniciar, a partir da próxima semana, uma conversa com todos os Tribunais dos Estados para esclarecer aos juízes e pedir



para que eles informem nas comarcas que isso está acontecendo, para não termos esses fatos desagradáveis.

Além disso, foi dado um rebate para liquidação e renegociação das dívidas que também estão na dívida ativa da União. Uma empresa vai ligar para esses produtores oferecendo isso, mas é importante, no caso daquelas dívidas que já estão na Dívida Ativa da União, a partir da semana que vem, os produtores procurarem as agências, no caso, do Banco do Brasil, para buscarem a sua renegociação.

As dívidas são importantes, mas a chuva veio para alguns lugares e, agora, a chuva veio generalizada no Nordeste. Então, foram disponibilizadas algumas linhas de crédito emergencial. Foi disponibilizada uma linha no Pronaf, com limite de crédito que variava entre R\$2,5 mil a R\$12 mil, com taxa de 1% e bônus de 40% do principal, com dez anos para pagar. Essa linha boa parte dos agricultores familiares já tomaram, e vai começar a partir do ano que vem o período de pagamento. Para os produtores rurais não enquadráveis no Pronaf, esse limite era de R\$100 mil, e a taxa era de 3,5%. Além disso, foi também permitida aos empreendedores uma linha de capital de giro de R\$100 mil.

Essas, Senador, de uma maneira geral, são as medidas que foram tomadas, além da Bolsa Estiagem, do seguro Garantia-Safra e da venda de milho da Conab na região.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Eu agradeço ao Sr. João Pinto Rabelo pela sua explanação e passo a palavra para o Sr. Nicola Moreira Miccione, Gerente do Ambiente de Recuperação do Banco do Nordeste.

O SR. NICOLA MOREIRA MICCIONE – Bom dia, Senador Cícero Lucena, na pessoa de quem cumprimento todos à Mesa.

As medidas apresentadas pelo Secretário João Rabelo mostram instrumentos que o Banco vem adotando desde 2010. É importante destacar que o Banco do Nordeste, desde que essas medidas foram implementadas, vem adotando diversas ações para que sejam realizadas essas renegociações. A gente destaca, principalmente, a divulgação diretamente na mídia, jornais, rádio, televisão; o banco vem mantendo contato diretamente com os clientes através de central de relacionamento, mantendo contato através de telefone mesmo, quase que diariamente, procurando contatar toda a classe produtora, cujo enquadramento é possível fazer; há visitas gerenciais constantes na rede de agências e seções itinerantes. Principalmente, quando implementadas as medidas no segundo semestre do ano passado, o banco fez um esforço muito grande, organizando mutirões na sua rede de agências para contatar os produtores para aderirem às leis, considerando parte dos prazos termina agora em junho deste ano e a outra parte no final de 2014.

Naquele momento, então, empreendeu também um esforço grande de solicitar suspensão de todos os processos de execução contra os produtores que tinham enquadramento nas medidas do Governo, mas cujos processos já



havia sido iniciados, por algum motivo ou por falta de adesão, quando a lei, ajustada no segundo semestre do ano passado, determinou a suspensão imediata. Então, o banco fez um esforço hercúleo, com toda a rede de advogados internos e terceirizados da instituição, solicitou a suspensão de aproximadamente 20 mil processos em curso e peticionou em cada um deles, pedindo a suspensão e comunicando o enquadramento. Foi uma oportunidade até para os produtores, para que, em tendo conhecimento daquela suspensão, pudessem procurar o banco e realizar as suas renegociações.

Em alguns casos específicos efetivamente acabam demorando essa suspensão. O banco peticiona, mas tem que aguardar a determinação judicial de suspensão. Então, algumas medidas nesse intervalo ocorreram, mas foram pontuais, e o banco sempre se colocou à disposição para resolver os casos concretos.

O banco, no mesmo momento também, procedeu à simplificação de seu processo operacional: os instrumentos de renegociação foram simplificados e o processo interno; boa parte das renegociações aqui foi realizada via carimbo, o que simplifica demais o procedimento; a não realização do instrumento de aditivo, que geraria mais custos para o produtor.

Muitas dessas medidas – falando de custos – tiveram, quando já em execução, honorários advocatícios dos advogados dispensados, o que também gerou uma facilidade um pouco maior para os produtores na adesão. E o que a gente viu é que ainda temos um estoque relevante; o banco hoje conta, na área de crédito rural, com aproximadamente um milhão de operações passíveis de enquadramento nas diversas resoluções, leis e renegociação. Desde que as medidas foram implementadas, a partir de 2010, mais de 200 mil operações já foram renegociadas, muitas delas no último ano – como bem colocado pelo Secretário João Rabelo –, em função das medidas de combate à estiagem. E temos ainda um prazo relevante, até 30 de junho de 2014, e outro até 31 de dezembro de 2014, para cumprir.

O banco então está realmente à disposição, aberto, através de sua rede de agências. É relevante informar, como bem destacado pelo Secretário João Rabelo, que há todo um procedimento, antes de essa formalização se concretizar; portanto, quanto antes os produtores puderem chegar às agências melhor – para aderirem às medidas, seja recalculado o seu processo e alguns instrumentos formais sejam realizados –, para que haja tempo hábil para essa renegociação se concretizar dentro do prazo da lei.

A gente sabe que há algumas dificuldades. Há expectativas de muitos produtores de que muitas vezes possam vir medidas outras além daquelas que já estão, mas o banco trabalha exatamente com essas medidas.

Quanto a essa dificuldade que a gente às vezes tem de contato, uma audiência como esta é importante para levar ao conhecimento de todos e nos colocar à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Obrigado, Sr. Nicola.



Passo a palavra ao Sr. José Maria Vilar da Silva, Superintendente Estadual do Banco do Nordeste da Paraíba.

O SR. JOSÉ MARIA VILAR DA SILVA – Obrigado, Senador. Gostaria de cumprimentar o Senador Cícero Lucena, o Secretário João Rabelo e o Sr. Nicola, representante da direção do Banco.

Senhoras e senhoras presentes e todos aqueles que nos assistem, eu gostaria, inicialmente, Senador, de agradecer pelo convite, porque eu entendo que esta Casa aqui é a Casa do povo e é momento importante para que a gente dê ciência daquilo que vem sendo feito em favor do setor primário – particularmente, aqui vou me referir ao estado da Paraíba, que é o seu Estado. Então, temos esta oportunidade de disseminar essas informações para torná-las públicas o quanto mais possível e, também, até pedir ajuda ao senhor, que é uma liderança política importante no Estado da Paraíba, na disseminação dessas informações.

O Secretário João Rabelo já colocou que a legislação definiu prazos para a adesão e para a formalização. É de total e absoluto interesse do banco beneficiar, se possível, até 100% dos produtores enquadráveis na lei. Então, a disseminação da informação para que os produtores procurem o Banco é extremamente relevante, e a classe política pode nos ajudar muito nesse sentido.

Eu gostaria, Senador, de aproveitar para passar algumas informações sobre a atuação do Banco do Nordeste na Paraíba, especificamente em relação ao setor rural, que é objeto desta audiência pública.

Fiz um levantamento sobre os últimos dez anos de atuação do Banco do Nordeste lá na Paraíba. Para que o senhor tenha ideia da evolução e do apoio que o banco vem prestando ao setor primário daquele Estado, no ano de 2003, nós contratamos como recursos do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) R\$12 milhões. No ano de 2013, fechamos com R\$210 milhões apenas para o setor rural no Estado da Paraíba.

Outro dado que eu considero relevante e que tem muito a ver com o tema desta audiência pública, já que ela diz respeito a pequenos e médios produtores rurais, é que nos anos de 2012 e 2013 nós contratamos, fora o Pronaf, mais de R\$40 milhões apenas com esses segmentos, exatamente priorizando aqui o mini, o pequeno e médio produtores.

Há um dado estatístico relevante que mostra o apoio que o banco vem dando o setor primário na Paraíba. O setor rural, na Paraíba, representa 3,8% do Produto Interno Bruto do Estado. Na média, o Banco do Nordeste vem aplicando 25% dos seus recursos no setor primário, ou seja, o Banco do Nordeste vem aplicando cerca de seis vezes e meia a mais o equivalente à participação do setor primário no PIB, ou seja, nós vimos apoiando mais que proporcionalmente o setor rural na Paraíba em relação a sua participação no Produto Interno Bruto, como reconhecimento da importância que esse setor tem, sob diversos aspectos econômicos e sociais. Esse apoio, inclusive, se reflete na redução do êxodo rural para as cidades de médio e grande portes.



Ao longo dos anos, realmente, esse apoio tem aumentado ano a ano. Fechamos em 2013, como eu falei, com R\$210 milhões.

Quando consideramos a participação da rede bancária no financiamento do setor primário da Paraíba, o Banco do Nordeste, sozinho, detém 74,5%, ou seja, de cada R\$100,00 que a rede bancária empresta para o setor rural na Paraíba, R\$74,50 saem do Banco do Nordeste, também numa demonstração inequívoca disso.

Conhecendo tão bem o seu Estado, Senador, em alguns Municípios a participação do Banco do Nordeste supera 90%. Por exemplo, no Município de Patos, a participação do Banco do Nordeste é de 93% do crédito rural; no Município de Alagoa Grande, 88%; no Município de Catolé do Rocha, 92%; ou seja, em alguns Municípios, se aproxima até de 100% a participação do Banco do Nordeste no financiamento do setor rural.

Há outros dados relevantes que poderíamos mencionar aqui em relação, especificamente, Senador, ao Estado da Paraíba. Refiro-me, por exemplo, aos mecanismos já divulgados pelo Secretário João Rabelo e pelo colega Nicola.

Na Paraíba, quando avaliamos os instrumentos legais já disponibilizados até agora, a partir do ano de 2010, quando começou esse processo de estiagem, apenas no Estado da Paraíba já foram negociadas as dívidas de mais 50 mil produtores rurais, envolvendo recursos de R\$286,5 milhões – apenas o Estado da Paraíba. Mais de 50 mil produtores rurais já tiveram suas dívidas renegociadas, num total de aproximadamente 130 mil, envolvendo recursos de R\$286 milhões.

E o Secretário João Rabelo também se referiu à questão das linhas de crédito para beneficiar os produtores afetados pela estiagem. Existem duas necessidades: a necessidade de renegociar a sua dívida; e a necessidade de se obter um novo crédito, exatamente para fazer investimentos e também operações de custeio para conviver com esse período de estiagem.

Senador, no período de 18 de maio de 2012 a 31 de dezembro de 2013, nós já contratamos, na Paraíba, 51 mil operações no crédito novo para produtores, envolvendo recursos de R\$284 milhões. Ou seja, renegociamos com cerca de 50 mil produtores e concedemos crédito novo a cerca de 51 mil produtores, envolvendo recursos de R\$286 milhões, apenas nesses créditos novos, de tal forma a auxiliá-los exatamente nessa convivência com esse período de estiagem.

Então, para finalizar, Senador, eu gostaria de dizer: o que nós estamos procurando fazer? A gente vem buscando utilizar todos os meios possíveis e imaginários de convite aos produtores rurais da Paraíba: divulgações em rádio, televisão, jornal; reuniões com a Federação da Agricultura; reuniões com a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura; reuniões com o sindicato dos trabalhadores rurais; mutirões nas agências; realização de agências itinerantes em cada Município, exatamente levando a informação dos benefícios que esses instrumentos legais podem trazer.



Podem acreditar que o interesse é também do banco. Nós, como nordestinos que somos, não temos nenhum interesse em deixar de conceder um benefício a um produtor que a lei lhe assegura. Raciocinando até como banco, somente como banco, é de interesse também do banco que essas dívidas sejam regularizadas, porque, na hora em que elas são regularizadas, elas saem de um ativo que está inadimplente para um ativo normal. Então, por todas essas razões, é de nosso total e absoluto interesse.

Nesse sentido, eu gostaria de renovar o convite para as forças políticas nos ajudarem na disseminação dessas informações. Nós temos ido em busca dos produtores, mas é muito importante que eles também busquem o banco para que a gente possa, se possível, beneficiar 100% do público-alvo que essas medidas contemplam.

Muito obrigado.

Fico à sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Nascimento. Bloco União e Força/PR - AM) – Muito obrigado, Sr. José Maria Vilar da Silva, Superintendente do Banco do Nordeste na Paraíba.

Temos também o prazer de – não foi preciso eu interromper – de convidar para a Mesa o Sr. Mário Borba, Presidente da Faepa – Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba, a quem passo a palavra também para fazer suas considerações.

O SR. MÁRIO BORBA – Em primeiro lugar, um bom dia a todos.

Quero aqui cumprimentar e agradecer até por esta audiência, mais uma audiência pública sobre a questão do endividamento do Nordeste brasileiro. Cumprimento aqui o Banco do Nordeste, na pessoa do José Maria Vilar, Superintendente da Paraíba, com quem temos um bom relacionamento, um bom entendimento com o banco na Paraíba. Quero também cumprimentar o Rabelo, representando aqui o Ministério da Fazenda. Cumprimento, mais uma vez, o Senador Cícero, justamente por esse esforço, por essa batalha aqui no Senado, nessa questão do endividamento, para resolvê-lo de uma vez por todas.

Antes de entrar no mérito da questão, eu queria aqui fazer algumas colocações.

O Nordeste brasileiro é a maior região semiárida do mundo, é a mais populosa. E tivemos, nesses últimos quinhentos anos, 76 secas cruéis. Até hoje eu pergunto o que foi que o Governo fez para amenizar essa seca, que é uma questão corrente, é uma coisa natural que acontece ao longo dos anos.

Nos anos 1840 – não me recordo bem o ano –, morreram 500 mil nordestinos de fome e de sede. Em 1942 e 1945, depois da Segunda Grande Guerra, levaram o cearense, levaram o nordestino para a Amazônia, para extrair borracha, porque o mundo não tinha borracha, e lá morreram com malária 50% dos que foram para aquela região.

Nos anos 90, em dez anos, tivemos sete anos de seca. Foram seis secas: em 1991, 1992, 1993, 1997, 1998 e 1999. E 1994 foi um ano de enchente em que ninguém lucrou nada, ninguém apurou nada. Em 2011, 2012 e 2013



tivemos mais três anos de seca e neste ano ninguém sabe o que pode acontecer. A gente tem três anos de seca, e ontem, em Patos, amanheci o dia debaixo d'água, com mais de 200 milímetros de chuva numa noite. O que se planta e o que se colhe com 200 milímetros de chuva numa noite?

Esse é o Nordeste. E o Governo Federal, independente de quem esteja no Governo, até hoje não entendeu o que é região semiárida, o que é região seca.

O Ministério da Fazenda... Eu não sei qual foi o mal que o Nordeste brasileiro fez ao Ministério da Fazenda, ao Governo, que até hoje não se sensibilizou com essa questão do Semiárido. Todas as regiões semiáridas do mundo têm um tratamento diferenciado: têm juros diferenciados, têm subsídios. Aqui, quando se fala isso, dizem: "Não, mas tem o Pronaf". Mas o Pronaf do Nordeste deveria ser diferente do Pronaf do Rio Grande do Sul, Rabelo. É totalmente diferente. Foram três anos de seca agora. Como é que essas pessoas vão se recuperar? Como é que essas pessoas vão pagar uma conta? Não têm como pagar uma conta com três anos de seca!

Semana passada, eu vinha do Maranhão – tenho um filho no Maranhão – e chovia até Ouricuri, em Pernambuco. No Maranhão e no Piauí estava chovendo. A gente chega ao Cariri da Paraíba e de Pernambuco e não há chuva, os açudes estão todos secos. Não é na lama, não; é no torrão seco. Esse é o retrato do nosso Semiárido.

Então é preciso que haja, na realidade, uma política diferenciada para essa região. O Governo não quer fala em perdão; tudo bem, mas dê condições de pagamento. As regulamentações não acontecem. Está aí a 12.844, aí vem a 12.872. Até hoje não foram regulamentadas. Então é preciso que haja uma conscientização.

E fico olhando este Congresso Nacional... Tivemos ainda correção monetária em financiamentos agrícolas, juros TJLP, de 1989 a dezembro de 2000. Quem tomou um está devendo 10, quem tomou 10 deve 100, quem tomou 100 está devendo 1,2 milhão, 1,3 milhão. Ele não paga essa conta mais nunca na vida dele, mais nunca na vida dele!

Vocês que pertencem ao Ministério da Fazenda deviam montar uma comitiva, junto com os Senadores, e ir conhecer a região semiárida, conhecer a nossa realidade, que é totalmente diferente da do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste. Aqui o cabra tira duas safras; no Nordeste você planta por dez anos para colher três, e você não sabe em que ano vai colher. Você não sabe o ano em que colhe! Plantar grão no Nordeste é como tirar na loteria, porque você não sabe o ano em que vai colher. E até hoje o Ministério da Fazenda, o Governo...

Eu me lembro do Projeto nº 4.514, do Deputado Nélcio Dias. Tinha um tal de API no Ministério da Fazenda. Esse foi o diabo que inventou esse cabra! Vocês me desculpem a expressão. Tem outro que está hoje na Casa Civil, que esteve no Ministério da Fazenda, o Gilson Bittencourt, que é paulista e parece que nem a turismo ele foi ao Nordeste. Não conhece a realidade da nossa região! O



Brasil ou, vamos dizer assim, os administradores deste País desconhecem a realidade do nosso Semiárido. É totalmente diferente.

E tem outra coisa também, Senador. Eu fico revoltado quando vejo um governador, independente de quem seja ele, anunciar que vai distribuir grãos, sementes para os nossos produtores rurais. Isso é uma falácia! Não se planta grão, não se distribui semente em Semiárido. Toda região semiárida do mundo é pecuária; não tem outra alternativa. É o caprino, é o ovino, é o bovino. Não adianta. O Nordeste não ficou para se plantar grão. O Nordeste não é produtor de grão, exceto o sul do Maranhão, o sul do Piauí e o oeste da Bahia. E continuam insistindo com essa distribuição de sementes para arrumar votos. Só se for!

Mas quero dizer a vocês sobre essa correção monetária que houve: já são mais de 25 medidas provisórias. A primeira surgiu em 1992. São mais de 20 projetos de lei. Houve projeto de lei agora, em 2000, 2006, 2007, que só durou três dias, de tão ruim que foi, e o Governo teve que emitir uma nova medida provisória para suprir aquele projeto de lei que nada resolveu.

Eu acompanho esse processo há 13 anos nesta Casa, junto com Deputado e com Senador, com a CNA, com presidente de federações. Já participei de n audiências públicas neste Nordeste, falando de endividamento rural. São 22 anos que se carrega essa dívida no Nordeste. Pelo amor de Deus, não é possível mais continuar falando, e todo ano aqui, em vez de estarmos tratando do futuro do Nordeste, com transposição, com Transnordestina, com os grandes confinamentos que vão surgir... Os grandes confinamentos e bacias leiteiras do mundo estão nas regiões mais secas do mundo! Será que não se enxerga isso? O Ceará tem hoje os três maiores produtores de leite individual. Estão no Estado do Ceará. E o Nordeste com certeza vai ser um dos maiores produtores de leite deste País. Todo mundo está correndo para regiões semiáridas, com água, com integração de bacia, e não se chega a uma conclusão de tudo isso.

Lembro-me muito bem de julho do ano passado, quando a Presidenta Dilma foi a Salvador anunciar o plano agrícola do Semiárido. E lá dizia: prorrogar por dez anos as dívidas dos produtores. Era baseado na lei, e ela mesma fez questão de anunciar para um público de mais de mil pessoas que estavam presentes na Bahia. O Nordeste todo estava lá. E tudo que ela disse, as coisas não estão sendo colocadas em prática. A 12.844 está aí; cadê a 12.872 ou 12.876, não me recordo bem agora, que até hoje não foi regulamentada? Outras regulamentações do Banco Central não acontecem. Onde está o Ministério da Integração, Senador, que deveria estar aqui presente, que tem o domínio sobre o Banco do Nordeste, sobre a Sudene? O Ministério da Integração era para estar aqui, junto conosco. Estivemos, o ano passado, aqui, já no TCU, com o Senador Vital acompanhando, com o Deputado Quintans. Foi criado um grupo de trabalho do Ministério da Integração ano passado, do qual fizemos parte, e ninguém sabe qual foi o destino desse trabalho que foi feito.

Hoje, no Semiárido, mais de 50% da economia ativa do Semiárido, das pessoas que estão lá naquela região dependem da agropecuária, dependem



da agricultura. E eu fico olhando que os nossos produtores estão desaparecendo. O próprio Senador pode confirmar isso. As pessoas estão fugindo do campo. Eu me lembro que, há dois anos, um técnico, um cientista da Embrapa fazia uma palestra na CNA e dizia que, em 2050, só ia haver 7% da população brasileira no campo. Eu pergunto, Senador: quantos vão ficar no nosso Semiárido? Quantos vão ficar? Porque estão indo embora da nossa região, pois a nossa atividade, hoje, não é mais rentável. Não se oferecem condições para aquelas pessoas permanecerem naquela região e não se resolve, de uma vez por todas, essa questão dessa inadimplência, dessa dívida do Semiárido, que se arrasta há 22 anos, Senadora Ana Amélia. Há 22 anos! Há 13 anos eu acompanho isso aqui em Brasília. Estou cansado de vir a esta Casa, de ir à CNA e vir a esta Casa. Os governos que passaram... Não quero criticar o Governo atual nem... Todos os que passaram não tiveram sensibilidade política com o Semiárido, com a nossa região semiárida. A Transnordestina está lá, parada. A água, a transposição está lá, parada também, em alguns canteiros é que estão fazendo alguma coisa. Se não chover corretamente, se não chover normalmente, alguns Municípios do Semiárido da Região Nordeste... São 1.700 Municípios que estão no Semiárido, e muitos já estão sendo abastecidos com carro-pipa, e outros terão que ser abastecidos com carro-pipa, o que é um caos para a região.

E aí eu fico olhando: o Governo Federal está construindo casas. O menor Município que você passa tem 50, 100, 150, 200 casas sendo construídas. E eu pergunto: quantas casas estão sendo construídas nas propriedades? Quantas? É manter o homem no campo?

E se fala na reforma agrária. Fazer reforma agrária no Semiárido? Isso é uma falácia! É preciso, em toda a região semiárida no mundo, de grandes áreas para você sobreviver nela. Estão fazendo minifúndios, estão fazendo uma rede de retalhos Semiárido, e isso é uma bomba no futuro. É uma bomba. É um caos social no futuro. Hoje, temos Bolsa Família, bolsa renda, bolsa de tudo no mundo, seguro safra, por conta da perda de agricultura.

Eu já disse anteriormente: não se planta no Semiárido; no Semiárido se cria. É pecuária, como o é em toda região semiárida no mundo.

Fico pensando, quando ando de João Pessoa a Cajazeiras, e olhando o que há plantado e o que está se criando. Ando em outros Estados do Nordeste, e é do mesmo jeito. "Não, mas não tem miséria, não tem fome", mas e a dignidade das pessoas vai para aonde? Será que os filhos e netos dessas pessoas também vão ter Bolsa Família? Será que a sociedade está preparada para desembolsar mais dinheiro para segurar esses que estão lá na área rural, que estão na periferia com o Bolsa Família? E a dignidade dessas pessoas onde fica?

Há 15 anos, a gente já começava a fazer protesto. Fizemos um protesto há 15 anos, em Paulista, perto de Pombal, às margens do Rio Piancó, por 15 dias com mais de cem vacas na porta do Banco do Brasil. O Banco do Brasil, Senador, era para estar aqui também.



O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Foi convidado, mas é mais um órgão do Governo que não respeita o Nordeste.

O SR. MÁRIO BORBA – O Banco do Brasil, no passado, foi, vamos dizer assim, o grande pai do produtor rural no Nordeste. Eu comecei minha atividade, com 20 anos, na porta do Banco do Brasil. Comprei trator, comprei máquina, tinha quatro, cinco cédulas rurais, nunca deixei de pagar nenhuma. O Banco do Brasil, quando chegaram os anos 90, empurrou todo mundo para a Dívida Ativa da União. Transformar crédito rural em Dívida Ativa da União em uma região semiárida? Isso é um descaso total, é uma irresponsabilidade! O que estão fazendo com nosso Semiárido é uma irresponsabilidade do Governo.

Às vezes, a gente critica os bancos, faz críticas ao banco, porque há alguns gerentes que humilham o nosso produtor, há gerentes que não tratam bem o nosso produtor; há pessoas que não estão indo ao banco com vergonha. O produtor rural tem vergonha de dever; quando ele deve, é porque não pode pagar mesmo. Há suas exceções, mas, quando ele deixa de ir ao banco, é porque está envergonhado. Ele chega, senta na frente de um gerente e fica trêmulo. E há gerentes – não são todos eles – que, às vezes, exigem o último centavo daquele produtor. E o produtor fica acanhado, o produtor fica trêmulo, fica tenso. Quantos produtores já morreram?

No ano passado mesmo, um fornecedor de cana na Paraíba, com terra em Mamanguape, chegou na minha frente e chorava, dizendo: "Mário, o meu maior desgosto é porque a terra não foi minha, não foi de meu pai; a terra foi da minha mulher, da família dos pais dela. Fico envergonhado até de encarar meus filhos e minha esposa. Não estou indo para minha casa, estou ficando direto na propriedade, porque não tenho como encarar minha família". Eu chamei a família desse cidadão, conversei com a mãe, com a esposa e conversei com a filha, e disse: "Tenham cuidado, conversem com ele, falem com ele, chamem ele para casa. Ele não teve culpa. A culpa foi da economia na época. Então, conversem com ele". Elas conversaram com ele, e foi mesmo que nada: dias depois, esse cidadão, às 8h da manhã, quando os empregados foram lá e abriram a porta, esse cidadão estava morto por conta de um enfarte.

Com mais outros, meia dúzia deles, aconteceu isso. Pessoas tiveram derrame, enfarte; pessoas que tiveram que fazer cirurgias de cabeça por conta de derrame. São n casos que acontecem no Nordeste, dessa natureza. Há pessoas que construíram patrimônio e perderam tudo do dia para noite, e não foi culpa dele não; foi culpa da natureza, foi culpa de uma política agrícola para o Semiárido. O Brasil tem que criar uma política agrícola diferenciada para o Semiárido. Tem que criar. É responsabilidade do Congresso Nacional, do Senado Federal criar uma política agrícola diferenciada para a Região Nordeste, para o Semiárido.

O que está fazendo a Sudene? Abriram a Sudene para quê? Há lá cento e tantos funcionários velhos, foi um dos únicos órgãos e instituições do Governo que não fez nenhum. As pessoas que estão lá, os novos que estão lá são pessoas nomeadas pelo Governo Federal. Conheci pessoas na Paraíba que



foram por quatro anos assessores parlamentares na Sudene e nunca assinaram ponto na Sudene. Nunca houve um concurso para a Sudene.

Então, é preciso, Senador, que haja realmente um diferencial com esse Nordeste, com o Semiárido.

Temos as questões do nosso endividamento, que, como disse, vêm se arrastando há muitos anos, há muito tempo. Não se encontra uma solução, não se encontra saída. Não sei o que acontece. As medidas provisórias chegam a Casa, mas, quando chegam à Presidência, à Casa Civil, ao Ministério da Fazenda, sempre esbarram, antes, como eu estava dizendo, com o API; hoje, com o Gilson Bittencourt. Não sei o que eles têm contra nós, nordestinos, porque até hoje ficam fazendo uma política contrária, uma política que não é digna com o nosso Semiárido.

Há uma coisa que também não foi incluída. Vocês vejam que, na Lei nº 12.844, só são contemplados os Municípios que estão em área de emergência, cujos prefeitos declararam estado de emergência. Há Municípios cujos prefeitos não declararam estado de emergência; há prefeitos que não declararam por outros motivos, por exemplo, prefeito que estava com dinheiro para sair do Ministério de Turismo e, se ele pegasse o dinheiro, não receberia dinheiro para fazer a festa dele e preferiu não declarar estado de emergência; outros, por lapso, não fizeram também o que deveriam fazer naquela época. Queríamos que, na medida provisória anterior, na 12.844, justamente fosse incluído o Município que estivesse em área da Sudene. Vejo nesse momento tratamentos diferentes: no Nordeste propriamente dito, onde há uma incidência de seca maior, há Municípios não declararam estado de emergência e ficaram de fora, enquanto isso noto que os do Espírito Santo e os Municípios de Minas Gerais que estavam em área da Sudene foram contemplados. Então, são dois pesos e duas medidas.

A questão das custas judiciais foi outra coisa que ficou acertado para entrar e não entrou. Seria por contrato e não por CPF. Quando se trata de CPF, juntam-se dois ou três contratos, e as pessoas, no somatório, ficam fora desse processo e não têm condições de renegociar suas dívidas.

Outra coisa que a gente ignora é a questão dos extratos, no caso do Banco do Nordeste. Pedimos para colocar isso e também não foi colocado. Quando se chega a uma agência do Banco para solicitar um extrato, o que acontece? O Banco não fornece o extrato na sua evolução. Coloca o valor, o saldo devedor e o valor que tem para renegociar em um papel comum, não timbrado do Banco.

Também pedimos, e ficou de fora também, que o crédito emergencial de 1998, na hora do somatório dessas contas – e quando a gente fala em crédito emergencial já se está dizendo que é um crédito diferenciado – ficasse de fora, que fosse negociado por fora.

Outra coisa, no caso das cooperativas, é a não obrigação da apresentação de certidões negativas. Se a cooperativa que representa um grupo de cooperados está inadimplente, como ela vai conseguir uma certidão negativa para poder renegociar a conta daqueles cooperados? Outra coisa também



Outra coisa é que, na hora em que você renegocia, você fica devendo uma quantia menor, por conta dos rebates. Então, que se libere parte das garantias excedentes, até para que dê condições de o produtor tomar um novo dinheiro no banco, porque senão ele não toma. Em alguns casos, você prorrogou por dez anos e vai lá fazer um crédito emergencial para dez anos. E o que acontece? Você passa a ser um cliente de risco para o banco, e o banco não faz aquele crédito emergencial. Então é, na hora em que você renegocia, liberar aquelas garantias excedentes.

Outra coisa também que ficou de fora e vem ficando de fora é a questão dos prodesianos. O Prodesa, em 1996, se não me engano, foi um projeto do Banco do Nordeste que era para agrônomo, veterinário e zootecnista. Essas dívidas geralmente estão entre R\$200 mil e R\$300 mil, e essas pessoas sempre têm ficado de fora, Senador.

Então, está acontecendo neste momento a Medida Provisória nº 636, da qual o Senador Wellington Dias é Relator. Nós estivemos com ele ontem. Diversos Deputados e Senadores do Nordeste já fizeram diversas emendas – eu as tenho aqui, inclusive – à MP 636 no sentido de que essas coisas de que estou falando aqui sejam colocadas na medida provisória.

Só que não sei o que acontece que a gente sente no semblante dos Senadores, aqueles que são relatores geralmente dessas matérias do Nordeste, a dificuldade na hora de se sentar com a Casa Civil, com o Governo, com o Ministério da Fazenda. Há intransigência dessas pessoas em não querer ceder alguma coisa para o nosso Nordeste.

Enquanto isso, o Governo faz porto lá fora, perdoa dívida de A, B e C, de outros países, e o Nordeste... Somos irmãos também, Rabelo. Os nordestinos são brasileiros também. Por que não serem tratados também de uma maneira diferenciada, como são tratados os cubanos e venezuelanos, lá fora? Será que nós não somos brasileiros? Vamos levar a vida inteira sendo tratados desigualmente, neste País?

Mas um dia, eu tenho certeza, o Nordeste vai dar a resposta a este Brasil. Nós estamos numa região de turismo, que está despontando cada vez mais; e há a transposição, que eu não sei quando chega, mas tenho essa esperança que um dia chega. Vamos dar a volta por cima em muita coisa e vamos mostrar isso para o Brasil inteiro.

Então, esses prodesianos precisam ser incluídos nessa renegociação. Eu conheço um prodesiano cuja esposa trabalhava na Caixa Econômica. Ela teve que sair da Caixa, se aposentar, forçar uma aposentadoria, para ir para o interior, para ir para a propriedade. Toda vez que ela toca nesse assunto, ela chora, porque ela não tem uma casa na cidade, não tem uma casa em Campinas, não tem uma casa em João Pessoa. Saiu de lá para ir viver com o marido, que é um técnico agrícola, na propriedade. No entanto, ela hoje é decepcionada e arrasada com tudo isso que aconteceu na vida dela. Ela se arrepende e diz que por tudo no mundo não deveria ter feito isso.



Há a questão do Recopi. Também é o enquadramento na Lei nº 12.844.

Autorizar renegociações de dívidas contratadas antes de 31 de dezembro de 2006 com valores superiores a R\$200 mil.

Eu não sei o que acontece, Senador, com o nosso Nordeste. Quando nós fizemos securitização, lá atrás, não havia limite. E hoje, em tudo que se vai fazer para o Nordeste, há um limite. Eu não sei que tratamento diferenciado é esse. Deveria dar um tratamento diferenciado para melhor, mas dá um tratamento diferenciado para pior. Por que não se pode renegociar acima de R\$200 mil? O Sul, o Sudeste, o Centro-Oeste, quando fizemos securitização, todos podiam renegociar R\$200 mil, R\$300 mil, R\$400 mil. O Nordeste fica limitado, não pode passar de R\$100 mil. É até R\$100 mil. Acima de R\$100 mil, é uma operação como outra qualquer. Por que essa diferença? Quando a gente fala com o Senador relator, com o Deputado relator, é porque o Governo só quer beneficiar o pequeno.

Eu quero saber quem é grande no Nordeste brasileiro. Na Paraíba, mais de 90% das propriedades – isso é no Nordeste todo – tem menos de 100 hectares. E 100 hectares é menos do que dois módulos rurais no Nordeste.

E por que não negociar R\$200 mil? Será que nós somos miseráveis e que só podemos tomar até R\$100 mil, só podemos tomar até R\$80 mil?

Pelo amor de Deus, eu não aguento mais isso! São 13 anos, andando aqui em Brasília, sentando com superintendente de banco, sentando com gerente de banco, discutindo as coisas, tentando resolver alguma coisa. Pega-se um técnico da CNA, coloca-se um técnico à nossa disposição no Ceará. Há uma cooperativa no Ceará cujo débito foi levantado pelo banco; deu mais de R\$6 milhões. Foi contratado um perito para calcular essa conta, que baixou para R\$1,2 milhão. Foi mostrada a planilha, no entanto, o Banco do Nordeste, de Fortaleza, ainda não mostrou essa planilha de volta, sobre essa conta encontrada, de mais de R\$6 milhões. Então, a gente fica cansado de tudo isso.

Vejam o seguinte, outro problema:

Art. 1º Para os financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os encargos financeiros e o bônus de adimplência passam a ser definidos pelo Conselho Monetário Nacional, por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional...

O Ministério é da integração e até hoje não mandou essa proposta para o Conselho Monetário.

Mais à frente, está aqui:



Art. 15. São atribuições de cada uma das instituições financeiras federais de caráter regional, nos termos da lei:

*.....
§1º O Conselho Monetário Nacional, por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional, definirá as condições em que os bancos administradores poderão renegociar dívidas, limitando os encargos financeiros de renegociação aos estabelecidos no contrato de origem da operação inadimplida.*

Quer dizer, as coisas não acontecem, não andam. Está aí a 12.876, que até hoje não foi regulamentada. Depois de regulamentada, vai para o banco, vai ser normatizada e já faz mais de seis meses. A lei foi em julho e, até hoje, não aconteceu isso. Por que não acontece? Quer dizer, parece que existe alguma coisa contra...

E está incluída na 12.876 a questão das dívidas que foram para a União. Estão lá, mas até hoje as pessoas...

Estou aqui e recebi uma correspondência hoje pela manhã, da Federação de Alagoas, em que um produtor que está com sua dívida executada, cujos bens sofreram arresto, porque, até hoje, não foi regulamentada uma lei publicada em julho pelo Governo Federal, sancionada pela Presidente em julho. As pessoas estão sendo executadas e perdendo seu patrimônio.

As dívidas públicas, as dívidas da União em Alagoas são de pequenos fornecedores de cana que estão sendo executados, perdendo cinco, perdendo dez hectares. Quer dizer, isso é um descalabro, vamos dizer assim.

Eu tenho o caso de um fornecedor de cana em Timbaúba, Pernambuco, na fronteira da minha cidade, na Paraíba. Esse cidadão, mais de 20 anos atrás, tomou um crédito rural, comprou máquina, fez algum financiamento e penhorou uma área de 100 hectares. Esse cidadão morreu há 12 anos com câncer. Ficou a viúva. Ela já tinha perdido uma filha com crupe e perdeu um filho, aos 13 anos, com câncer também. Os outros quatro herdeiros vivem aperreando essa viúva, porque a propriedade está penhorada, e até hoje o Banco do Brasil não resolve a conta dela. O Banco do Brasil entrou com ação de arresto contra essa senhora. Chegou lá, levou um trator com reboque, com pipa, com 12 bombas, um pulverizador, levou uma carregadeira, uma enchedeira, de cana, e levou uma carreta em que ele transportava, terceirizava, na usina, essa cana. E mais outro trator. Levou quatro equipamentos dessa senhora, viúva, que só tem hoje uma filha. Está com 62 anos essa senhora. O banco vive aperreando ela, de vez em quando, com audiência. E levaram tudo isso. O Banco do Brasil não consegue fazer um acerto de conta com essa senhora. Levaram tudo que é patrimônio desse rapaz. Faz 22 anos que essa questão está na Justiça.

Quer dizer, são exemplos e mais exemplos que acontecem. E, com isso, a nossa atividade no Semiárido está desaparecendo.



Mas eu entendo muito bem, Senador, porque, desde o meu avô, o meu pai, eu vivo em propriedade; não sei fazer outra coisa. Eu já fui prejudicado por governos anteriores, quando eu era arrendatário de uma propriedade, que foi desapropriada porque os donos achavam que era muito dinheiro vender terra ao Incra. Eu saí, e faz 21 anos que brigo na Justiça, na rede federal, para receber os meus pertences e até hoje não recebi. Conheço os produtores nessa situação e entendo muito bem essas coisas. Eu venho dizendo aos nossos produtores: vocês se preparem, porque é disso para pior. Parece que é uma coisa crescente que todos os governos...

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Sr. Mário.

O SR. MÁRIO BORBA – Vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Eu não estabeleci tempo, mas eu pediria que o senhor encerrasse.

O SR. MÁRIO BORBA – Está o.k. Vou encerrar agora.

Então, o que eu vejo é que é uma coisa premeditada contra o produtor rural neste País. E, no Nordeste, parece que só querem deixar os micros e pequenos como massa de manobra. Médio, grande não existe, já acabou há muito tempo. Restam algumas usinas lá que têm suas áreas para plantar cana. O resto são pequenos e médios produtores. Mas nem de médio o Governo quer saber mais.

Então, diz logo, manda a gente ir embora, deixa a gente... Este Brasil é imenso. As oportunidades estão aí por todo canto. Compra o que é nosso, mas compra pelo preço real. Não faz como alguns estão fazendo com o índio por aí afora, com milhares de propriedades invadidas.

Então, eu quero, neste momento, Senador, agradecer a oportunidade e me colocar à disposição. A gente fica cansado. Não sei de quantas audiências públicas eu já participei nesta Casa. Neste Brasil afora, protestos e mais protestos: acorrentar banco, botar osso em porta de banco, botar vaca em porta do Banco do Brasil. Enfim, tantas coisas já aconteceram, e nada se resolve. É uma insensibilidade política do Governo Federal – não só deste, mas também de outros – de não querer resolver o problema nosso do Semiárido.

Na próxima terça-feira, já vamos ter uma nova audiência pública na Comissão de Agricultura da Câmara – a CNA ontem me falava isso e o Deputado Raimundo Gomes de Matos também já falava isso para mim ontem. A CNA já me indicou para, na terça-feira, estar aqui de novo falando sobre a questão da inadimplência do produtor rural do Nordeste. É cansativo já esse negócio.

Então, muito obrigado.

Eu quero deixar aqui, Senador, alterações do art. 8º, inclusive para que V. Exª converse com o Senador Wellington Dias para discutir alguma coisa com ele nesse sentido.

Meu muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Obrigado, Dr. Mário Borba, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba.

Passo a palavra, agora, aos Senadores que assim desejarem. No caso, quem pediu a palavra, pela ordem de inscrição, foi a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Caro Senador Cícero Lucena, eu queria, antes de mais nada, cumprimentá-lo pela iniciativa.

Tenho uma convicção, pela experiência em várias comissões das quais participo, entre elas esta, em que recentemente discutimos o impacto do apagão energético ou de energia elétrica sobre a atividade rural. Sou do Rio Grande do Sul, mas nós temos visto que fatos muito graves têm acontecido, como o exemplo de um produtor de aves, de frangos, no Piauí, que perdeu várias centenas de frangos, porque faltou energia e os frangos morreram.

Então, esse é apenas um dos problemas, além daqueles elencados aqui pelos expositores. Portanto, não é exclusivo, Mário Borba. Eu entendo perfeitamente o seu desabafo – isso é um desabafo –, o desabafo de quem já está quase cansando da luta. Mas não esmoreça. Lá no meu Estado – e imagino que na Paraíba também –, água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Então, temos que ter persistência nessas coisas, e muitos são os casos. Às vezes, demora 20, 30 anos, mas temos que continuar. No regime democrático, também.

Então, eu queria até cumprimentar muito a representação do Banco do Nordeste aqui – dois representantes do Banco do Nordeste –, o representante do Ministério da Fazenda.

V. Exª fez uma observação quando o Mário Borba se referiu à ausência do Banco do Brasil. V. Exª, com muita propriedade, disse que foi convidado e não apareceu. Acho que as instituições precisam, como está fazendo o Banco do Nordeste e o Ministério da Fazenda, comparecer aqui. A transparência, a disposição, o bom relacionamento das instituições... O que é o Banco do Brasil, pelo qual tenho enorme respeito, sou cliente do Banco do Brasil há muitos anos? É uma instituição pública, embora tenha ações na Bolsa com a participação de acionistas. Então, temos que ter também este compromisso, que é um compromisso que a sociedade exige de nós, dos agentes públicos, e o Banco do Brasil é um agente público, como é o Banco do Nordeste.

Então, queria destacar muito a presença do Banco do Nordeste aqui, porque está revelando, dos seus dirigentes, sensibilidade no trato de uma questão regional, e o Banco do Nordeste representa uma questão regional. Temos lá o Badesul e o BRDE, dos quatro Estados do Sul, mas não é o caso.

Queria aproveitar também, diante do que disse o Mário Borba, e informar que tentei, na semana passada, mais precisamente na sexta-feira, ter uma audiência com o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Dyogo, para tratar de um assunto. Vários produtores queriam ir junto, mas eu disse: “Não, irei só eu e o Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos.” Imagino que o Nordeste também tenha significação nessa produção para tratar de PGPM, que é a Política de Garantia de Preços Mínimos para a suinocultura.



Antes de pedir a audiência, falei com o Líder Eduardo Braga e faço questão de dar visibilidade e conhecimento, para mostrar que estamos trabalhando para isso. Fui demandada pelo Presidente da Associação dos Criadores de Suínos, Marcelo Lopes. A sede da entidade é Brasília. Ele também, claro, um criador. O Senador Eduardo Braga, muito prontamente, conversou com o Ministério da Fazenda e me deu uma informação, que repassei a eles, mas eles me contraditaram dizendo que não era assim. A garantia de preço mínimo não é o problema do que a indústria vai fazer conosco. A garantia do preço mínimo vai balizar os financiamentos, é um preço de garantia de referência, e quando há crise, temos proteção.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – É um seguro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Exatamente. E é um setor que tem crises cíclicas. Há dois anos atrás, houve uma crise violenta em todo o Brasil, fiz reuniões com representações do Nordeste.

Uma semana, hoje é quinta. Neste período, eu estive com o Ministro da Agricultura, que assumiu o cargo, um homem que é um produtor e que conhece, o Ministro Neri Geller, com quem conversei especificamente no dia da posse, fui lá antes porque tinha uma audiência pública. Ele disse: “Esse assunto foi tratado muito intensamente pelo Ministério da Agricultura e é uma questão relevante e fundamental.” Ele mencionou o Dr. Rabelo, com quem conversou e disse que é o técnico no Ministério da Fazenda que cuidou disso, a menos que tenha um outro Rabelo no Ministério da Fazenda, na área de política agrícola.

Então, eu queria trazer para o Dr. João Rabelo essa preocupação e expor... Fui surpreendida porque o Dr. Dyogo... Um dia eu liguei para ele, e ele estava aqui, numa audiência na CAE, e ele atendeu na hora. Eu até fiz o registro: “Olha, estou sendo atendida aqui pelo Secretário.” Era uma questão de dívida do Rio Grande do Sul, no Ministério da Fazenda. Fiz o registro e até brincaram na audiência dizendo: “Imagine, um Senador pedindo para registrar em Ata que um Secretário Executivo o atende na hora.” Chamou atenção o episódio naquele momento.

Então, aproveito a sua presença, Dr. João Rabelo, para colocar isso, porque não é só o Sul que interessa, mas também o Nordeste, interessa... Apenas uma palavra sua sobre como está a questão. Porque o Conselho Monetário Nacional, pelo que estava entendido, pelo menos pelo que me disse o Ministro Neri Geller, deveria apreciar não, digamos, extrapauta, *ad referendum*, mas uma decisão consensuada dos membros do Conselho Monetário, especificamente sobre a questão da Política de Garantia de Preços Mínimos para a suinocultura.

Essa é a minha questão para o senhor. Quero saber como está isso.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Quero só dizer a senhora que eu tive oportunidade – antes de passar para o Dr. João Rabelo – de ser relator da Medida Provisória que tratava exatamente do endividamento dos agricultores do Nordeste e vou fazer referência a ela.



Quero lhe confortar, nobre Senadora, porque esse Dr. Dyogo a quem V. Ex^a fez referência tem um prestígio que não sei se é igual ou maior do que aquele que apresentou o relatório para a Petrobras comprar a refinaria nos Estados Unidos, que deu prejuízo à Petrobras de mais de R\$1 bilhão e que, depois, por ter errado nessa compra, foi promovido para diretor internacional da BR Distribuidora. Tentei falar com ele duas vezes, quando era relator de uma matéria do endividamento, e até hoje não sei o retrato desse cidadão – o retrato –, então possivelmente deve ser um dos consultores da Presidência da República para ter tanto prestígio e desprezar o Poder Legislativo.

Passo a palavra ao Sr. João Pinto Rabelo para comentar sobre o que a Senadora fez referência.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JUNIOR – Bom dia, Senadora. Tivemos uma sessão dos suínos há dois anos em que conseguimos, a bom termo, soltar a regulamentação necessária para o grande trabalho que a senhora apresentou, em que nós construímos uma solução para renegociação das dívidas e tudo mais.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Preciso até – permita-me, Presidente – dar testemunho, porque, lá no Ministério da Fazenda, com o senhor, e fora do Ministério, inclusive aqui nesta Casa, da sua participação pessoal. Talvez eu tenha errado o endereço na procura pela audiência.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JUNIOR – Não, senhora, a Secretaria Executiva é o órgão de relacionamento com os Parlamentares, mas estamos o tempo todo à disposição. Não lembro de nenhum convite que nos tenha sido feito que tenhamos recusado ou simplesmente não aparecido. Acho que, pelo que bem...

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – O senhor, sim.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JUNIOR – Mas aqui, Senador, estou representando o Ministério da Fazenda de qualquer forma.

Se o senhor me permitir também, gostaria de falar alguma coisa sobre o que foi colocado pelo Dr. Mário, até para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Só pediria, porque não fiz em respeito à Senadora, porque sabemos que a Senadora tem várias audiências, então pediria que o senhor respondesse, porque também tenho algumas colocações sobre o que Mário Borba colocou.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JUNIOR – Então vou só sobre os suínos.

Senadora, é o seguinte: já estamos trabalhando com o preço de referência para financiamento, isso é possível soltarmos, não haverá problema, mas essa é uma linha específica para financiamento.

O que a ABCS está solicitando agora é um preço mínimo em que há outras implicações, que são apoios, via Conab, não só de financiamento; então, apoio com subvenção.



O que estamos fazendo nesse momento, Senadora? Faz um mês, um mês e meio, que o Ministro Geller tem, que temos trabalhado isso intensamente, porque nos parece que precisamos ter uma visão mais estratégica da suinocultura. Acho que a senhora chegou a falar isso comigo há um tempo sobre esse assunto. Precisamos ter o pacote completo da suinocultura. O que efetivamente o Brasil precisa para mudar o patamar? Nós temos a suinocultura brasileira em que 85% da produção é consumida internamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Mercado interno. Carne bovina também.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JUNIOR – Pois é, mas, na suinocultura, temos um espaço grande de crescimento no exterior, no mercado externo, há coisas a serem feitas.

Outra coisa que estamos vendo é que existe um problema muito sério, muito menos de preço, mas muito mais de custo na suinocultura, então, há uma necessidade também de atualização tecnológica.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Sustentabilidade também.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JUNIOR – De sustentabilidade.

Então, há necessidade de a gente colocar, e essa era minha intenção, montar um programa estruturado que leve em consideração a penetração no mercado externo, políticas de redução dos custos da suinocultura e, do outro lado, linhas de financiamento que permitam o desenvolvimento das novas tecnologias, aliadas ao equilíbrio ambiental.

Então, eu tive oportunidade de encontrar o Dr. Marcelo na posse do Ministro Geller e coloquei, exatamente, isso para ele, da necessidade de a gente sentar e discutir, profundamente, o tema e soltar um plano para a suinocultura, e as contribuições da senhora e da sua assessoria seriam muito bem-vindas. É nesse momento, mesmo, que a gente tem que trabalhar, e eu me coloco à disposição, quer dizer, na verdade, sou demandador, se a senhora puder nos dar as informações, nos ajudar a construir essa política para a suinocultura.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Eu, agora, Senador Cícero Lucena, ao renovar os cumprimentos pela sua iniciativa, aqui, desse debate tão produtivo, queria agradecer ao Dr. Rabelo e dizer para ele que não me estranha a sua atitude. Todas as vezes em que nós o convidamos, o senhor veio. Eu, inclusive, fui autora de requerimento, e o senhor veio. E quero agradecer ao senhor essa porta aberta para tratar desse tema. É assim que nós esperamos que os agentes públicos ajam.

Então, V. Exª está limpando um pouco o conceito aqui emitido por mim, o que é muito bom, é muito positivo, porque nós não estamos aqui fazendo outra coisa senão atender essas demandas, porque nós somos também pressionados, legitimamente.

O senhor vê, quantas pessoas estão, lá, no cafundó do Judas, como a gente fala, lá nos confins do Brasil, em Minas, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande, lá no Nordeste, na Paraíba, do Senador Cícero Lucena, ou



em Pernambuco, ou no Piauí, em Minas Gerais, todos os Estados têm produção. Suinocultura existe em Rondônia, no Mato Grosso do Sul.

Quando eu vou, as pessoas... Eu até parei, porque a gente não tem garantia nenhuma, não tem uma política para a suinocultura.

Essa é a linha que V. Ex^a acabou de anunciar, a linha mais adequada, um conjunto de medidas, não pontualmente uma questão, que não vai resolver o conjunto dos problemas que o setor está enfrentando.

Evidentemente, também concordo, plenamente, com o senhor. Existe um espaço, eu diria, até, inesgotável, mas, aí, é preciso criatividade, talento e condições. Só que, veja só – e para terminar – o Proex, que é um programa de financiamento para estimular as exportações: as torneiras do Tesouro fecharam. Então, desde dezembro, esse dinheiro não está sendo repassado. E, lá, no Rio Grande do Sul, não só, e, aí, é aquela história, nós somos um parque produtor e exportador de calçados, que entra na agroindústria, porque calçado se faz com couro, Borba, não é? E o Nordeste é muito bom nisso, couro de cabra, couro de ovino, é uma maravilha, couro de bovino. Então, esse Proex, eu queria, Dr. Rabelo, por favor... As empresas estão sufocadas. Há a pressão da Argentina, que não deixa entrar o calçado lá dentro, o Proex, que tira o gás que estava sustentando o setor, ou outros setores, não só calçadista, outras áreas.

Arroz, ele precisa desse recurso, e nós fizemos um esforço enorme para, também, desovar um estoque de arroz, para, na hora da safra, não ter problema.

Então, o País sai perdendo, porque essas linhas são, exatamente, para estimular novos mercados.

Então, eu fico muito feliz, V. Ex^a, eu vi que anotou aí, mas esse é... Ontem, mesmo, eu recebi muitas mensagens sobre isso.

Eu agradeço muito a V. Ex^a. Tomarei a liberdade de marcar um encontro. Eu irei lá, no seu gabinete, a hora que o senhor marcar, para a gente conversar um pouco mais sobre isso.

E, Senador Cícero, mais uma vez, queria cumprimentar o Mário Borba, que é o Presidente da Federação da Agricultura da Paraíba, o Sr. Nicolas – é Nicolas ou Nicola? Porque... Ah, Nicola. Desculpa, é Nicola –, ao Nicola Moreira Miccione, que é Gerente do Ambiente de Recuperação do Banco do Nordeste, jovem, aqui presente; ao José Maria Vilar da Silva, Superintendente Estadual do Banco do Nordeste, da Paraíba.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Então... Não. É que o senhor pinta o cabelo, está pintando o cabelo, para parecer mais velho – para parecer mais velho.

E agradeço a todos, e muito obrigada, Rabelo. Vou fazer isso.

Senador, mais uma vez, cumprimentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Obrigado, Senadora. A presença de V. Ex^a sempre ilustra os debates.



A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Enriquece em todas as áreas.

A senhora é uma Senadora que tem exatamente a preocupação de cumprir o seu papel, a confiança que o povo do Rio Grande do Sul depositou na sua pessoa para representá-lo, e tem feito com reconhecimento de todos os pares da Casa, com muito brilhantismo, com muita correção e com muita justiça.

Então, eu que agradeço a presença da senhora aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Bom, eu vou voltar agora, antes de você poder responder João, e os demais também que acharem, porque a razão desta audiência pública é fruto da demanda que existe por parte dos pequenos agricultores, dos pequenos produtores do Nordeste, do sacrifício dos representantes. Então, essa é a razão dessa audiência pública.

Eu quero dizer que, em muitos desses assuntos que foram tratados pelo Sr. Mário Borba, nós tivemos a oportunidade de ser relator de uma medida provisória que tratava exatamente disso. E não custa dizer que fizemos audiências públicas aqui, fizemos audiências públicas nos Estados, e as demandas a que o senhor Mário Borba aqui fez referência, nós incluímos no nosso relatório. Foi inclusa a questão dos Municípios que não tinham emergência, mas que eram área da Sudene, porque é inconcebível para toda pessoa que tiver o mínimo de bom senso: nós tivemos casos na Paraíba de uma fazenda ter a sede num Município não incluso na questão da emergência, mas incluso na Sudene, e suas terras eram de outro Município, e não eram beneficiadas. Onde ele plantou não teve o benefício, porque não foi decretada emergência.

Então, nós tivemos essa preocupação. Tivemos a preocupação de individualizar o processo, os contratos, porque isso permitia, então, que a pessoa tivesse um pequeno benefício, 5% ou 10% a mais, mas era uma necessidade. Nós tivemos a preocupação com o extrato, responsabilizamos os funcionários do Banco Nordeste: se não dessem o extrato, eles seriam responsabilizados criminalmente se não o fizessem, porque essa realidade que Mário Borba disse aqui eu ouvi dele, eu ouvi de vários produtores que chegam ao Banco do Nordeste, e, em muitas vezes, o funcionário que dizia o valor do débito dele não queria nem anotar, mandava o agricultor anotar porque não queria se comprometer. Não era dar papel timbrado, não era dar um extrato não. Não queria nem anotar, Sr. José Maria. Não queria anotar, mandava o agricultor anotar, para não dizer que era o Banco Nordeste que estava dizendo o quanto ele estava devendo. Nós tivemos depoimento disso em várias audiências públicas. Nós tivemos a preocupação do custo dos advogados. E aí continua se repetindo. Eu fico olhando assim e vi aqui: paga com 15% a dívida contraída, mas tem que pagar 10% aos advogados que ele não contratou. Ele foi acionado, alguns com risco de perder a sua terra, porque ele não teve condição de contratar um advogado, mas, na hora de negociar, tem que pagar 10% aos advogados



terceirizados do Banco Nordeste – terceirizados, não são do Banco Nordeste, mas promovido pelo Banco Nordeste. Ou seja, vamos ser verdadeiros: a dívida, o "cabra" – desculpem-me a expressão – não paga com 15% não, ele paga com 25%, porque ele tem que pagar 10% dos advogados.

Isso estava na nossa medida provisória, para que não houvesse esse custo dos advogados, para que a dívida fosse verdadeiramente 15%. Preocupa-me, Mário, quando você me disse que uma dívida que foi apresentada de R\$6 milhões, quando foi verdadeiramente auditada, caiu para um milhão e pouco. Imagina o pobre agricultor que tomou R\$10 mil emprestado.

Eu citei o caso numa carta. Eu fiz um pronunciamento, nessa semana, sobre o Sr. Francisco, de Boqueirão, e eu fiz pronunciamentos também quando eu era relator, porque eu fui a Boqueirão, que é ali junto ao Açude Epitácio Pessoa – José Maria, você conhece bem, porque é o maior açude que nós temos lá na Paraíba, maior não, maior é Coremas-Mãe D'Água, mas é que, por exemplo, abastece a grande Campina Grande, que vai ser um pulmão de transposição do Rio São Francisco –, e ele me contava a seguinte história: ele tinha tomado um empréstimo de R\$10 mil para comprar umas vacas. Aí foi preciso... Por causa da seca, ele tomou outro empréstimo de R\$12 mil, que era para comprar ração. Estou falando de R\$12 mil, minha gente! Não é a Petrobras, que comprou uma refinaria de US\$1 bilhão, não. Estou falando de R\$10 mil e de R\$12 mil para comprar ração, para manter o rebanho dele. Sabem qual é o tamanho do rebanho dele? Não é o rebanho da JBS, para a qual o BNDES empresta bilhões e bilhões de reais, para que ela crie. Não. Estou falando de quatro, seis vacas; estou falando de cinco ou seis ovelhas ou cabras. Para manter o rebanho, ele tomou R\$12 mil; no outro ano, teve de tomar mais R\$10 mil para perfurar um poço, para esse rebanho não morrer de sede, Dr. João.

Total: R\$33 mil – foi o que ele tomou emprestado. Eu queria... Cada cédula dessa, ele teria um rebate de só pagar com 15. Como juntou, ele teria de pagar com 25, Dr. Nicola.

Esse cidadão disse: "Estou trabalhando, prestando serviço fora para poder... Eu paguei durante seis anos, mas aí não aguentei mais pagar. Vão tomar minha terra. Fui ao Banco do Nordeste, e o homem nem anotou, pediu para eu anotar: R\$235 mil. É o que estou devendo."

Eu disse: "Mas rapaz, R\$235 mil?" "Duzentos e trinta e cinco mil reais. E estão com uma ação. E mais: o gerente do Banco do Nordeste me disse que vão tomar minha terra e que vai para leilão a terra, e o que apurarem da terra, se não pagar esses R\$235 mil, ainda vou continuar devendo."

Eu disse: "Quanto vale sua terra, se eu fosse comprar hoje?" Ele disse: "R\$40 mil, R\$45 mil."

Essa é a realidade do Nordeste, a realidade que os técnicos do Ministério da Fazenda, dos bancos que emprestam dinheiro...

O Superintendente nem digo tanto, porque está lá; deve receber demanda, se tiver oportunidade. Talvez não no seu gabinete, mas nas suas visitas ao interior, o senhor deve ter conhecimento dessa dificuldade.



Então, essa é a realidade.

Isso me faz lembrar – ele já se foi, não pediu reserva, já morreu – um comentário de um Embaixador, Azambuja. Eu era Governador da Paraíba e fui a Buenos Aires para divulgar o turismo do Nordeste – em cujo turismo Mário tem esperança –, para se ver como o Nordeste é sacrificado.

Aí, um parêntese, o Embaixador Azambuja, carioca, disse – foi a primeira vez em que tinha ouvido aquilo – que a construção de Brasília tinha sido a maior burrice pública do mundo – do mundo. Veja bem, eu nunca tinha...

Pelo contrário, eu lhe questionei: “Mas Embaixador, a centralização, vai ficar mais próximo, o projeto, não vai haver mais, por exemplo... as cidades estão crescendo...” Já naquela época – estou falando de 1994, dez anos atrás, 20 anos atrás – eu disse: “Mas as cidades estão crescendo, a parte burocrática funcionando nas cidades, se começa greve, interrompe-se a cidade. Brasília é uma coisa mais solta, mais preparada, planejada.”

Ele disse: “Não, mas não estou urbanisticamente falando, Governador; estou dizendo que Brasília é a maior concentração do mundo, por metro quadrado, de burocrata e – o que é pior – tomando decisão longe das vítimas.”

E está parecendo isso. Ele me falou isso há 20 anos, e fiquei sempre com isso na cabeça. Vinte anos atrás: “Brasília é a maior concentração do mundo de burocrata por metro quadrado, tomando decisões longe das vítimas.”

Essa é a realidade. Mário Borba disse isso aqui no seu pronunciamento, pedindo que haja sensibilidade, que se vá conhecer a realidade, que se vá conhecer.

Já fui Ministro da Integração, e o Banco do Nordeste e o Ministério da Integração são uma falácia; não apita nada o Ministro, nada. Não é de hoje, não. Não fui Ministro deste Governo não. Mas não apita nada, porque é centralizado no Ministério da Fazenda.

Deveriam logo tirar e deixar dessa brincadeira. Deveriam tirar os bancos regionais do Ministério da Integração, porque é enganar o povo, talvez para dar jeton a quem represente-o no conselho desses bancos, porque operar, funcionar, não funciona. Essa é que a realidade.

Mário Borba, na nossa medida, que você acompanhou bem, nós tratamos do não pagamento dos honorários, nós tratamos da individualização dos contratos, nós tratamos do aumento desse rebate, nós tratamos da responsabilidade do funcionário do Banco do Nordeste que não fornecesse o extrato, nós tratamos da questão do endividamento como um todo, reduzindo os custos, fazendo com que as coisas possam funcionar de uma forma verdadeira. Ouvimos todos. Falamos dos prodesianos, de quem nunca trataram, mas que nós incluímos na nossa medida provisória. E, para nossa tristeza, por eu ser um Senador de oposição... Vejam a que nível chegamos neste País, a que prática de governo nós chegamos neste País. Disse-me o Líder Eduardo Cunha, da Câmara, que a minha medida provisória não seria aprovada, que eles tinham combinado, na Casa Civil, que as medidas a serem atendidas seriam colocadas em outra



medida provisória, que eu não sei se tratava do sexo dos anjos... Eu não sei do que era que tratava a outra medida provisória, que cabia lá penduricalhos... Não, eu lembrei: era a da Ferronorte, a da ferrovia. Eles derrotaram a minha e botaram nessa o atendimento parcial a isso aí que está dizendo que está funcionando. E que o Governo tinha feito isso em comum acordo e que a minha medida provisória não passaria. Ele me disse de forma honesta. Embora discordando, foi o único honesto que me disse que isso tinha sido tramado, arquitetado, elaborado na Casa Civil deste Governo que não queria atender àquilo que eu tinha... Era a da Valec, da Ferrovia do Norte, que era a Valec. Vejam bem: trataram de financiamento de R\$10 mil numa medida provisória da Valec, mas não deixaram que todas essas reivindicações que o Sr. Mário Borba colocou fossem tratadas na medida provisória que foi editada para tratar do endividamento. Essa é a prática deste Governo, é o descompromisso deste Governo, porque este Governo tem na sua cabeça e na de seus burocratas que o Nordeste já está atendido por conta do Bolsa Família. Essa é que é a realidade.

Ontem, o Senador Aécio, num debate na Comissão de Assuntos Sociais, disse que o próprio Governo... Ele está querendo que o Bolsa Família seja algo em favor do povo nordestino, do povo brasileiro – mas o Nordeste, sem dúvida, tem o maior peso –, seja algo de Estado, não seja algo de chantagem política em véspera de eleição, dizendo que, se o outro ganhar a eleição, ele vai acabar com o Bolsa Família, porque ele faz isso nos bastidores, faz isso comunicando aos pequenos e sofridos povos do Nordeste que precisam do Bolsa Família como sobrevivência. Ele faz isso dessa forma. O Senador Aécio estava querendo dizer que isso é de governo... Entra governo, sai governo, independentemente de partido, o Bolsa Família não acabará mais. Terá, sim, de ser aprimorado, como ele propôs: em vez de ser três meses, se você tiver um emprego, você passa a ter seis meses, até para ver se deu certo, porque três meses é contrato provisório, é contrato instável. Mas o Governo não está querendo aprovar isso para continuar dizendo que foi o Governo que criou e que, se o outro ganhar, vai perder a coisa.

Eu faço referência a isso, porque o Senador Aécio disse que está disponível a informação: há R\$10 bilhões que o beneficiário do Bolsa Família não foi buscar. Como não foi buscar? Um pobre que precisa disso? Há algo estranho nisso. No número que o Governo usa, dizendo que atende ao Bolsa Família, estão inclusos esses R\$10 bilhões.

Do que nós precisamos – e este é o objetivo da audiência – é a realidade, Sr. José Maria, que é mais perto de mim, que é lá da Paraíba, dos nossos pequenos agricultores. Eles não estão tendo oportunidade naquilo que eles... Dos benefícios que foram dados, eu fico a me perguntar, quando tanto o senhor como o Sr. Nicola, que pede, e essa audiência é importante, para que possamos divulgar...

Quem estiver nos assistindo ajude esses pequenos agricultores, diga que está havendo a oportunidade. Não é o que queríamos, não é o que defendemos, não é o que relatamos, mas há um mínimo para aquele senão... Não



vamos transformar o banco em “ele não vai ter o seu crédito negociado”, senão vamos transformar o Banco do Nordeste no maior latifundiário do País de tanta terra que ele vai ter que tomar, se não atendermos esse prazo, se não fizermos essa negociação. Então, que essa audiência tenha, sim, oportunidade de divulgar, de esclarecer. E estamos à disposição. Se você for ao Banco do Nordeste e não for contemplado, conforme a legislação, avise-nos, que a tribuna daqui estará à disposição para que isso seja cobrado.

Após fazer essas colocações, passo à palavra ao Sr. João Pinto Rabelo, até porque ele queria responder já a Mário. E, depois, passarei a palavra, pedindo ao Sr. João Rabelo que já faça a resposta, bem como as suas considerações finais.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JUNIOR – Mais uma vez, obrigado, Senador, obrigado a todos. Entendo a posição dos senhores, entendo a posição do Dr. Mário Borba, há uma necessidade de regulamentação, e a proximidade com o produtor mostra casos específicos que têm que ser tratados e que têm que ser olhados, sim, por nós, agentes do setor público; nós, servidores públicos – somos chamados servidores públicos, porque servimos ao público, essa é a nossa função. Mas sinto a necessidade de prestar alguns esclarecimentos que são fundamentais para que fique claro o que já foi feito e também não dê a impressão de que o produtor não deve ir – entende, Dr. Mário? –, é importante que o produtor vá, porque a maior parte das medidas provisórias já estão regulamentadas, sim, os seus prazos já estão em funcionamento, e precisamos utilizar desse espaço, utilizar o espaço na Federação da Agricultura, para que possamos ter uma quantidade maior de produtores; estamos apenas com um terço do público-alvo, que já fez as adesões que são necessárias.

Neste momento, é importante mandar uma mensagem clara aos produtores rurais que, pela liderança do Senador Cícero Lucena, nos assistem hoje: a importância de eles procurarem os bancos, para resolver as situações. É verdade que – há um ponto que o Dr. Borba colocou – falta regulamentação, falta regulamentação do art. 8º da Lei 12.844. Desculpe-me falar em termos técnicos assim, mas é necessário deixar bem claro que é dívida ativa da União. Essa dívida ativa da União, a suspensão das execuções já está valendo, mesmo que tenha acontecido dentro do período de validade da Lei 12.844, mesmo que tenha ocorrido, não deve ter acontecido, mas, mesmo que tenha ocorrido alguma execução. Essa execução de terras torna-se ilegal, torna-se sem efeito, porque havia uma lei federal que proibia a execução e suspendia os efeitos dessa execução.

Houve uma reunião, ontem, patrocinada pelo Deputado Afonso Florence, no Ministério da Fazenda, com o objetivo de tratar desse assunto com o Procurador-Geral da República, responsável pela Fazenda Nacional, pela dívida ativa, o Dr. Paulo Ricardo, que se comprometeu, afirmando que, na semana que vem, Senador, todas as unidades da PGFN estarão com a regulamentação sobre esse assunto. E vão começar tratativas com os tribunais, para deixar isso mais claro e evitar esses fatos que podem ter acontecido pontualmente, Dr. Mário



Borba, para que isso não aconteça até dezembro de 2014, quando estão suspensas as execuções.

A respeito das operações de crédito que tinham parcelas em 12, 13 e 14 os produtores rurais têm 80% de desconto no principal, o pessoal da agricultura familiar tem 80% de desconto no principal, para pagar; aqueles que estavam adimplentes, as parcelas que venciam naquele período. Então, quem estava com a atividade normal e estava adimplentes, as parcelas de 12, 13 e 14 podem ser negociadas em 10 anos e, no caso da agricultura familiar, tem desconto de 80%. Esse é um tratamento diferenciado que está sendo feito pelo Nordeste, e algumas pessoas que o senhor citou ajudaram a construir essa medida.

Outra coisa é a operação de crédito de giro que foi tomada no passado para alimentação do rebanho. Ela tem 40% de desconto de principal também para a agricultura familiar e tem 10 anos para pagar para toda a agricultura.

Senador, as custas judiciais, o senhor tinha colocado no seu relatório, e elas foram absorvidos naquela outra medida provisória que se transformou na 12.872. O pagamento das custas judiciais, seguindo exatamente a orientação do senhor, foi retirado dos itens financiados.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Então, Dr. João, vamos aproveitar esta audiência para esclarecer isso de uma forma clara.

Um ex-prefeito de uma cidade do Vale do Piancó me ligou há 30, 40 dias atrás, dizendo que foi pagar a dívida da mãe dele, e o Banco do Nordeste disse que ele tinha... Sugeriu até o seguinte: o senhor tem que pagar ou, então, faça o depósito judicial.

O SR. JOÃO PINTO RABELO JUNIOR – Bom, vou deixar o Nicola responder esse ponto. Na verdade, esse item foi retirado com base no relatório do senhor.

Há uma série de pontos aqui, mas é importante, quanto à execução, deixar claro que a regulamentação, as soluções já estão nos bancos, pedir para que as cooperativas e os seus produtores, a federação nos ajude a abranger a adesão do maior número possível, que a solução é boa, está bem desenhada. Nós entendemos – nós, do Governo – que a solução é boa. Então, precisamos da análise de vocês para ver a orientação para os produtores rurais da região, para que a gente possa ter o maior número possível de aderentes a essas alternativas.

Senador, sei que o tempo da audiência pública está acabando, há alguns outros pontos, e, de novo, convido o Dr. Mário Borba para que possamos aprofundar esses pontos e esclarecer tecnicamente isso em reuniões lá, no Ministério da Fazenda. Quando o senhor quiser, a gente pode acertar essas conversas também, estamos à disposição das entidades. O interesse do Governo Federal é que a maior quantidade possível de pessoas faça adesão a essas renegociações e resolvam as suas situações daqui para frente, exatamente



porque entendemos a fragilidade do tecido econômico que foi gerada por causa de três anos de forte seca que tem acontecido lá, no Nordeste.

Mais uma vez, eu gostaria de agradecer aos senhores pela atenção, em especial, ao Senador Cícero Lucena, sempre muito gentil por nos convidar para conversar aqui, nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Eu que agradeço a presença do senhor, e tenha a certeza de que a todas as audiências para as quais o senhor foi convidado, o senhor sempre se prestou a atender com muita gentileza. Permita-me só uma pequena... O sentimento do Governo, não o sinto exatamente com essa gentileza que o senhor faz, do senhor sim, mas do Governo, infelizmente, não sentimos. Estão aí os depoimentos da Senadora Ana Amélia e de tantos outros em outros momentos. Mas, sem dúvida nenhuma, o senhor faz um diferencial na forma com que o senhor respeita esta Casa e também cumpre o seu papel como agente público, até porque Governo passa, Dr. João, e o senhor, espero que continue lá, no Ministério.

Sr. Nicola.

O SR. NICOLA MOREIRA MICCIONE – Senador Cícero, levantando alguns pontos colocados pelo Sr. Mário Borba e já começando por esse ponto específico das custas. De fato, num recálculo das dívidas, as custas estão excluídas, o que ficou ainda foi a cobrança de honorários no art. 8º, já excluído do art. 9º. Então, esse ponto, eu diria que é o ponto ainda em que o banco não consegue ir além do que está disposto em lei. A gente, enquanto banco público, se restringe especificamente em relação aos termos da lei e regulamenta tal e qual a lei dispõe. Eu garanto ao senhor que é nosso interesse absoluto dar cumprimento.

Sabemos que, em alguns casos concretos, lá na ponta, na rede de agência relativamente grande, há alguns dissabores, alguns problemas, mas nos colocamos à disposição, na direção geral, na superintendência, para corrigir esses problemas. Não podemos pintar aqui um quadro de perfeição, de operacionalização de medidas, muitas vezes, complexas, e muitas se sobrepõem. São medidas que começam num semestre, e, às vezes, demora ainda um pouco a regulamentação. Depois, entra a nossa regulamentação interna, e há ainda alguns ruídos de comunicação na ponta que, com o tempo, vão sendo corrigidos. Como são medidas de curto prazo, ou seja, já se encerram, esse tempo de maturação, muitas vezes, não é suficiente. Quando se encerra, outra medida já vem com novos parâmetros, novas medidas.

Mas nós nos colocamos à disposição, dentro dessa transparência, colocada pela Senadora Ana Amélia. Não é nosso interesse não atender nenhum. Em absoluto, muito pelo contrário, queremos atender todo e qualquer produtor ou agricultor que tenha o seu enquadramento na lei. Gostaríamos até de fazer mais, mas temos um limite, as regras num contrato. De outro modo, se formos além do que dispõe a lei ou o contrato, há a responsabilização também do banco público pelos órgãos de controle, que não nos permitem ir além do que está disposto.



O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – O senhor me permite?

Há um jornalista na Paraíba que, quando quer fazer uma pergunta, ele diz assim: "Eu queria que o senhor respondesse à D. Maria, ao Sr. José, lá da Paraíba e do Nordeste como um todo. É para cobrar os honorários advocatícios ou não?"

O SR. NICOLA MOREIRA MICCIONE – No art. 8º, o banco, hoje, não tem autorização de dispensar. O que nós conseguimos, muitas vezes, em negociação interna, é não cobrar dos advogados internos – os advogados internos não cobram. É uma luta nossa da recuperação de crédito, propriamente. Agora, dos terceirizados, há um contrato, e nós não podemos descumprir esse contrato. Esse é um ponto.

Então, no art. 9º, não. Não é para cobrar...

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Então, hoje, o Banco do Nordeste já não cobra, se a medida for feita pelo advogado do Banco do Nordeste, só que, de 100% dessas medidas, 99% são feitas por terceirizados. Mas nós estamos tendo aqui uma disposição, mais uma vez, do Dr. João, para que, na próxima medida provisória, possamos deixar isso resolvido. E sai antes de junho?

O SR. JOÃO PINTO RABELO JUNIOR (*Fora do microfone.*) – Daqui a três meses, acho que sim. Vamos trabalhar para isso.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Senão, a orientação que eu daria é a de que fosse depositado em juízo, mas nunca pago.

O SR. MÁRIO BORBA (*Fora do microfone.*) – Está sendo pedido na 636 que seja 50%.

O SR. NICOLA MOREIRA MICCIONE – Outra questão relevante levantada aqui é a questão dos extratos. Vou levar para a direção geral, conversar com a diretoria executiva do Banco. Já era algo que tínhamos, pelo menos, dirimido, ou em parte.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Tecnicamente, isso é tão fácil.

O SR. NICOLA MOREIRA MICCIONE – E não há sentido... Também não podemos reconhecer aqui que há perfeição em relação a isso. É preciso haver uma orientação mais clara, talvez, e faremos isso ao retornar à direção geral, para colocar que, dentro desse contexto de transparência, não há como não entregar os extratos corretamente. Esse é um direito do agricultor. Talvez dentro de uma lógica, muitos desses processos são cobrados judicialmente. Então, há um receio natural e uma orientação, às vezes, do jurídico de não entregar o extrato, porque, muitas vezes, não há renegociação, o que gera depois uma discussão sobre o extrato. Enfim, é uma medida legal. Não podemos dar descumprimento a esse tipo de medida e vamos corrigir esse ponto.

Alguns pontos levantados, de fato, não podem ser adotados pelo Banco, como, por exemplo, fazer o recálculo de dívida por contrato e não por CPF.



Os dispositivos legais são expressamente no sentido de um conjunto, e isso não depende de nós. Peço a compreensão.

Nas questões de certidão, o banco, em 2013, avançou em alguns pontos. Conseguiu dar interpretação com relativa segurança que permitisse renegociações e enquadramento legal sem algumas certidões, mas, em algumas outras, o dispositivo legal era muito firme, e não conseguimos avançar. Aí depende muito mais, talvez, de regulamentação.

Há outros pontos levantados pelo Sr. Mário Borba, como liberação de garantias, Prodecir e Recoop. Quanto a essas questões, de fato, nós estamos muito adstritos à lei. Então, são questões que aguardamos. Às vezes, até avançamos na regulamentação interna, mas só poderemos liberar quando houver qualquer tipo de disposição nesse sentido.

Enfim, o que eu posso dizer é que os números são relativamente alvissareiros em relação a números gerais, mas isso não resolve. Pegando as palavras do Senador Cícero, a D. Maria, lá na ponta, é que é relevante nos números gerais. E essa sensibilidade nós temos e nos colocamos à disposição para efetivamente, nos casos concretos em que a D. Maria e o Sr. José estejam com problema, colocar à disposição tanto pela superintendência da Paraíba, nos casos efetivamente lá do Estado, ou na direção geral. Vou deixar o meu cartão com o senhor para repassar o contato, para, qualquer dificuldade de operacionalização da lei, de acordo com o regramento do que dispõe a lei, podermos corrigir. Aquele caso concreto, muitas vezes corrigido, pode corrigir outros que sequer reclamam no dia a dia e perdem o prazo de medidas, que se não são as melhores, são as possíveis de serem adotadas pela instituição.

Encerrando, agradeço o convite. O Presidente do Banco agradece o convite pela participação. Estamos efetivamente à disposição do Senado, Senador Cícero Lucena, e quaisquer falhas identificadas tentaremos corrigir com a maior rapidez possível. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Obrigado Sr. Nicola, pela sua exposição, bem como as respostas. Essa sua sensibilidade é que nos permite acreditar que podemos avançar. O que fazemos aqui não é nada mais nem nada menos do que replicar ou ecoar a demanda do pequeno agricultor. No meu caso, como representante no Senado, é natural que eu traga a dos agricultores paraibanos.

Então, o nosso desejo é exatamente de ser um elo para que aqueles que não têm acesso ou que não têm oportunidade possam ter a chance de ter sua voz ouvida. Portanto, o que fazemos é isso. Espero, a exemplo do que o Dr. João Rabelo disse, que vai provocar junto ao Judiciário – que, com certeza, pode estar nos ouvindo também, que este seja um canal de divulgação –, que eles procedam dessa forma, não deem procedimento... O Judiciário já tem tanto processo, para que dar procedimento a algo que não cabe mais? Então, pegue todos os processos que estão nos gabinetes e faça de conta que já despachou; já arquivando, é um despacho.

Com a palavra o Sr. José Maria Vilar.



O SR. JOSÉ MARIA VILAR DA SILVA – Muito bem, Senador. Eu gostaria, inicialmente, de afirmar e reafirmar o nosso respeito para com esta Casa. Esta é uma casa do povo, o Banco do Nordeste é uma instituição pública e, portanto, também uma instituição do povo. Então, não viemos aqui como obrigação, mas prazerosamente, por acharmos que é uma oportunidade rica de discussão. Acho que as coisas se transformam mediante uma discussão, principalmente uma discussão que seja respeitosa – clara, mas respeitosa, como esta que vem ocorrendo neste momento.

Gostaria só de relembrar dois números que mencionei. Na Paraíba, o banco detém no seu ativo do crédito rural 138 mil operações. Dessas, 50 mil foram renegociadas, representando R\$286 milhões, ou seja, é um universo bastante significativo.

Gostaria, Senador, de agradecer essa conclamação que o senhor fez aqui de público, em rede nacional, para que as pessoas procurem o banco, porque, infelizmente, diferentemente de sua postura, há lideranças, no Estado da Paraíba, que conclamam os produtores a não procurarem o banco, não renegociarem e não pagarem. Então, só há um perdedor nessa orientação: o próprio produtor rural, que vai continuar devendo, inadimplente, com restrições no sistema de crédito e sem gozar os benefícios que a legislação atual permite.

Então, gostaria de agradecer, porque é muito importante isso.

O Mário Borba já fez menção ao relacionamento respeitoso e cordial que temos na Paraíba.

Isso é verdadeiro, Mário, e mais uma vez nos colocamos à sua disposição, da Federação da Agricultura, da Federação dos Trabalhadores, Fetarn, Fetraf, sindicatos, porque é de nosso interesse, como falei, do nosso total e absoluto interesse, como cidadãos e como servidores públicos, levar o benefício dessa legislação a todos os servidores – por diversas razões, como falei: como cidadão e como servidor público e até uma outra razão que gostaria de dizer neste momento.

Ingressei no banco, Senador, aos 19 anos de idade – consequentemente, já faz alguns meses... E sou filho de agricultor familiar. O meu pai cuidava da terra com suas próprias mãos, não dispunha de tratores modernos, era arado movido a tração animal. Então, conheço muito de perto essa realidade. Então, como nordestino, como filho de agricultor familiar, tenho toda acessibilidade para isso. E, diante disso, eu posso lhe afirmar que a orientação que eu dou, no Estado da Paraíba, para todos os nossos gerentes, é que eles tratem com o máximo respeito e atenção o produtor rural, porque eles são cidadãos iguais a nós, eles têm o direito absoluto de serem bem tratados. Então, eu posso afirmar que essa é a orientação que nós damos.

Eu gostaria de aproveitar este momento também para, rapidamente – acho que não cabe talvez, neste momento, um aprofundamento dessa discussão –, relembrar que a seca não é um fenômeno isolado, a seca é uma certeza. Estatisticamente, a probabilidade de um ano de seca é muito maior do que de um ano de boa chuva. Então, é muito importante termos essa consciência



de que o crédito é um elemento importante nessa cadeia, mas existe uma série de outras questões que, realmente, precisam ser tratadas conjuntamente: a questão da segurança hídrica, a questão de intercomunicação das bacias, a questão também da educação rural – o Mário Borba é uma pessoa preocupada com isso e vem trabalhando nesse sentido – e a questão também de disseminação de tecnologias.

É surpreendente vermos, Senador, na Região Nordeste, tecnologias, às vezes seculares, que ainda não são adotadas de forma sistemática, como, por exemplo, silagem e fenação. Se eu sei que, estatisticamente, em dez anos, seis ou sete são de seca, naqueles anos de bom inverno ou de inverno regular, eu tenho que estocar alimentação me precavendo para os anos de seca que certamente virão.

Eu acho que há também um desafio para que a sociedade construa, nos diversos níveis – municipal, estadual e federal –, mecanismos para uma melhor educação no meio rural, mecanismos para disseminação dessas tecnologias de convivência com o Semiárido, porque só assim nós ajudaremos mais o produtor e a própria região, transformando esses produtores, com uma maior produtividade, e assegurando uma melhor convivência com a seca.

O Mário Borba também falou aqui na questão da agricultura e da pecuária. Eu também entendo que, na região semiárida, a pecuária se apresenta como mais viável. Ficam esses desafios para todos nós construirmos.

Eu gostaria de agradecer primeiro o seu convite e a presença do Mário Borba. Cumprimento aqui o João Rabelo, o Nicola e todos os presentes. Fico à sua disposição e agradeço, mais uma vez, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Agradeço também ao Sr. José Maria Vilar da Silva, que é Superintendente no Estado da Paraíba, e, ao fazê-lo, faço também o agradecimento a Mário Borba, a João Rabelo, ao Nicola e a todos aqui presentes, renovando o nosso papel e o nosso compromisso e nos oferecendo para que nós possamos, quando possível, ser o elo entre a demanda do nosso cidadão e os órgãos públicos. Como vocês já disseram e renovaram aqui, todos nós somos servidores públicos e, no caso do Legislativo, além de servidor, nós representamos e temos que estar com a porta aberta para atender a todos.

Então, eu acho que essa audiência não só está...

Pois não, Mário.

Eu já tinha visto advogado e político falarem muito, mas agricultor, estou vendo agora que também fala.

O SR. MÁRIO BORBA – É de tanto sofrer.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Vamos lá, Mário.

O SR. MÁRIO BORBA – Só fazendo uma colocação, tivemos aqui uma audiência anterior, com o Rabelo também, e agora conversamos no sentido de que possamos estreitar esse laço com o Ministério da Fazenda.



Justamente já estamos marcando uma reunião com ele – conversamos aqui – no sentido de que possamos resolver algumas coisas, tirar algumas conclusões de alguns impasses que estão acontecendo nessa questão da resolução, num entendimento maior, num relacionamento maior, para que possamos chegar a um denominador comum.

Também já tivemos, em anos anteriores, reuniões com a diretoria do Banco do Nordeste, com o setor de recuperação de crédito, e eu queria propor aqui, com o Nicola também, que pudéssemos marcar uma reunião lá, em Fortaleza, com alguns técnicos das federações, para que pudéssemos estreitar justamente algumas questões, questões de honorários, algumas discussões que elencamos aqui, no sentido de estreitar isso aí. É interesse nosso querer resolver o problema e tenho certeza também do interesse do banco em querer resolver isso aí.

Eu queria aproveitar, neste momento, Senador, e dizer de um projeto que está acontecendo, através da CNA e do Senar, uma grande parceria com o Sebrae, que é o Sertão Empreendedor, do qual eu sou o coordenador institucional da CNA e do Senar. Nesse programa, vamos ocupar 25% dos Municípios do Semiárido, ou seja, mais de 400 Municípios do Semiárido vão ser ocupados.

O que é esse programa? Esse programa tem dois pilares principais, que é a aplicação de tecnologia e a mudança de conduta, ou seja, mudança comportamental dos produtores. Nesses Municípios, haverá grupos de 20 produtores, e o Senar passa a fazer a assistência técnica – já foi aprovado pelo conselho do Senar –, havendo um técnico para cada 20 produtores, num programa de continuidade de quatro anos.

Então, vamos fazer com que esses grupos sejam grupos de excelência, com aplicação de tecnologia e mudança comportamental.

Mais uma vez, quero agradecer este momento a V. Ex^a, Senador, nesta questão. Já falei demais, mas tem hora que a gente viaja, vem aqui, volta e não resolve nada, e o produtor pergunta o que foi, é uma medida, fica para outra semana, não tem audiência, é o relator, não vai haver quórum, fica sempre essa protelação. E aqui, como o José Maria Vilar, a gente fica... Quer dizer, temos um bom relacionamento na Paraíba com o banco, com o José Maria Vilar, com o Silvio, que está aqui, e, depois disso, somos amigos, estamos lá no Conselho do Sebrae, do qual sou presidente, o Sílvia é presidente do Conselho Fiscal, o José Maria é conselheiro nosso, e a gente chega aqui numa sala, como se fôssemos, vamos dizer assim... Numa democracia, diplomaticamente, mas como se fôssemos inimigos e estivéssemos brigando por uma causa em que acho que a gente tem que sentar, conversar e pressionar o Governo...

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Nós estamos brigando pela boa causa, e não entre a gente.

O SR. MÁRIO BORBA – Pela boa causa.

Então, mais uma vez quero agradecer este momento e cumprimentar a todos. Terça-feira estou eu de volta. Não sei se o José Maria vem também. Mas estamos aí de novo nessa questão.



Muito obrigado e um bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco Minoria/PSDB - PB) – Obrigado, Mário. Obrigado a todos que vieram e acataram o nosso convite. Acho que esta audiência pública, sem dúvida nenhuma, cumpriu o seu papel. E estamos aqui para isso.

O avanço que vai haver, a desburocratização do encontro que você vai ter com o Dr. João Rabelo, com o próprio Banco do Nordeste e também a convocação para que os agricultores possam procurar o Banco do Nordeste, que vai passar a orientação da forma como devem ser atendidas essas pessoas sofridas, essas pessoas que, como o Mário disse em determinado momento da sua explanação, sentam na frente de um funcionário do banco tremendo... Você, que é filho de agricultor, sabe disso. Nada é mais forte, é mais sofrido, porque eles são honestos, são pessoas dignas, são pessoas trabalhadoras. Os que não pagam não é porque não querem, diferente de tantos outros que podem e não querem. O agricultor nordestino, em particular, deve porque não teve como pagar. Então, temos o dever e obrigação de olhar para essas pessoas, de defender essas pessoas dentro da legalidade, atendendo as suas necessidades.

Então, a todos que se fizeram aqui presentes, aos Senadores que aqui passaram, aos que estão nos assistindo, nós sentimos que esta audiência cumpriu o seu papel. E agradeço mais uma vez a todos. E peço que Deus continue nos protegendo.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.)